

Audiência Pública Plano Agrícola e Pecuário 2019/2020

Comissão de Agricultura e Reforma
Agrária do Senado Federal

Antônio da Luz

Vice-Presidente da Comissão
Nacional de Política Agrícola da CNA

Brasília/DF, 22 de maio de 2019.

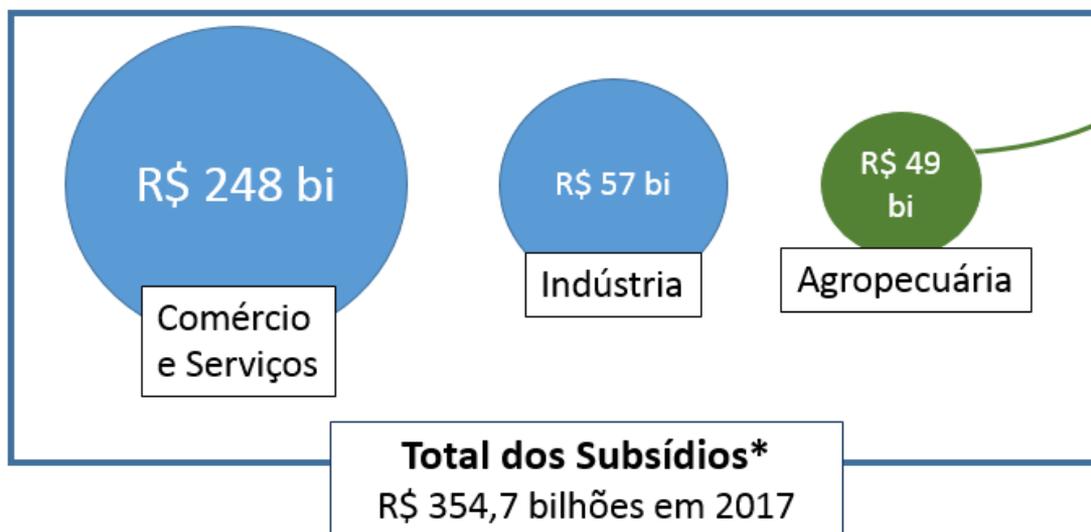


**CNA
SENAR
INSTITUTO**





Apenas **13,8%** dos subsídios do Governo são para a **Agropecuária**



Modalidade dos subsídios

Agropecuária

Renúncia fiscal
R\$ 26,3 bi

Subsídios Explícitos no
Orçamento Federal
R\$ 11,1 bi

Subsídios implícitos
R\$ 11,6 bi

*Considerando as renúncias fiscais, subsídios explícitos no Orçamento Geral da União e subsídios implícitos (via aumento de juros em função da emissão de títulos para aportes no BNDES, além do direcionamento de recursos para os Fundos Constitucionais).

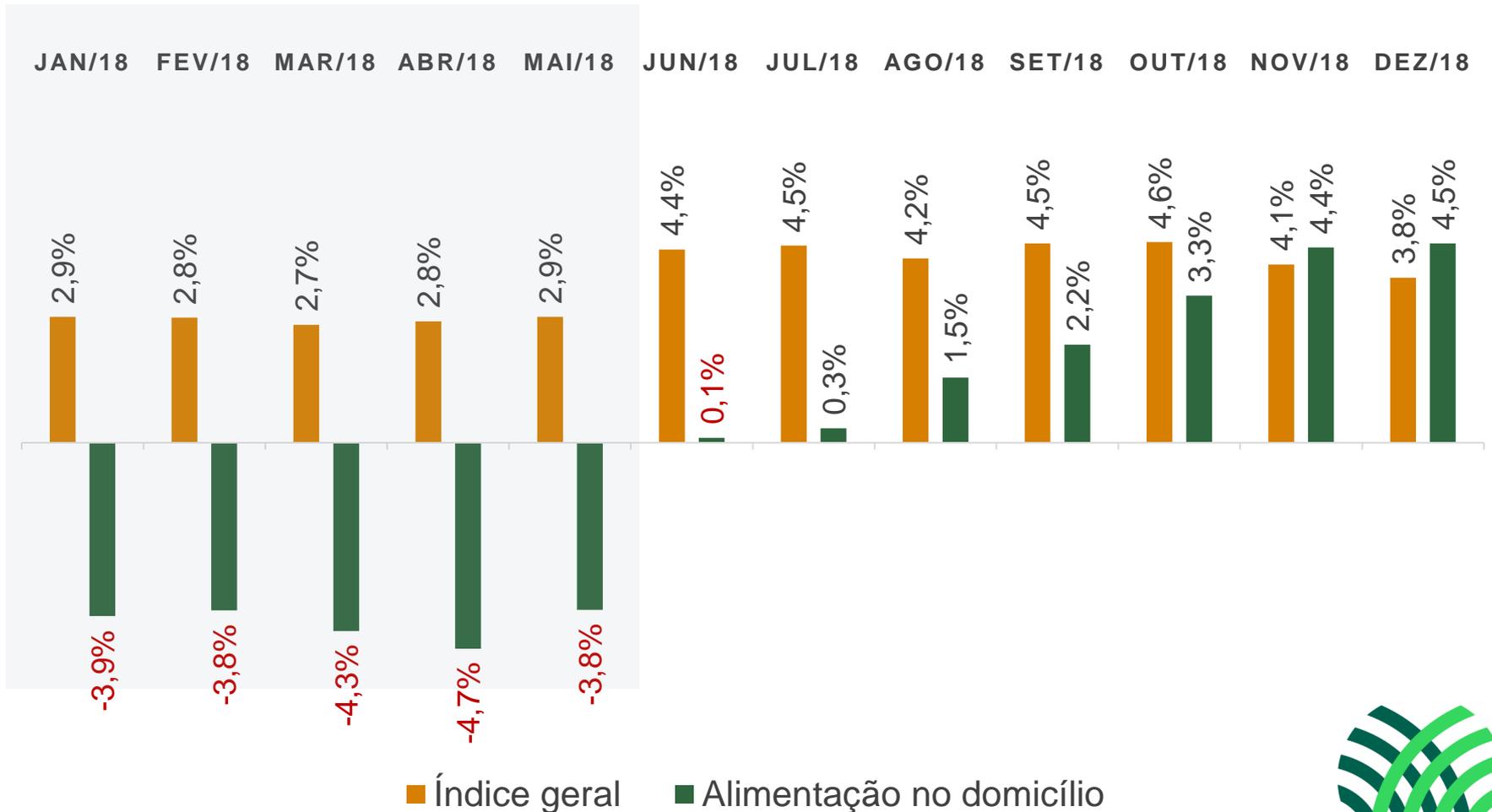
Fonte: Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria (SEFEL) – Ministério da Economia. Elaboração SUT/CNA.



Contribuição social e econômica do Agro brasileiro

Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA)

Índice Geral e Alimentação no Domicílio – Acumulado em 12 meses

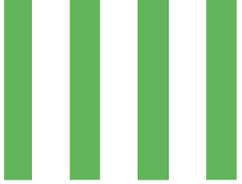


Fonte: IBGE. Elaboração SUT/CNA.





**Entraves em relação
ao Crédito Rural**



Diagnóstico

Falta de **TRANSPARÊNCIA**

AUSÊNCIA de previsibilidade

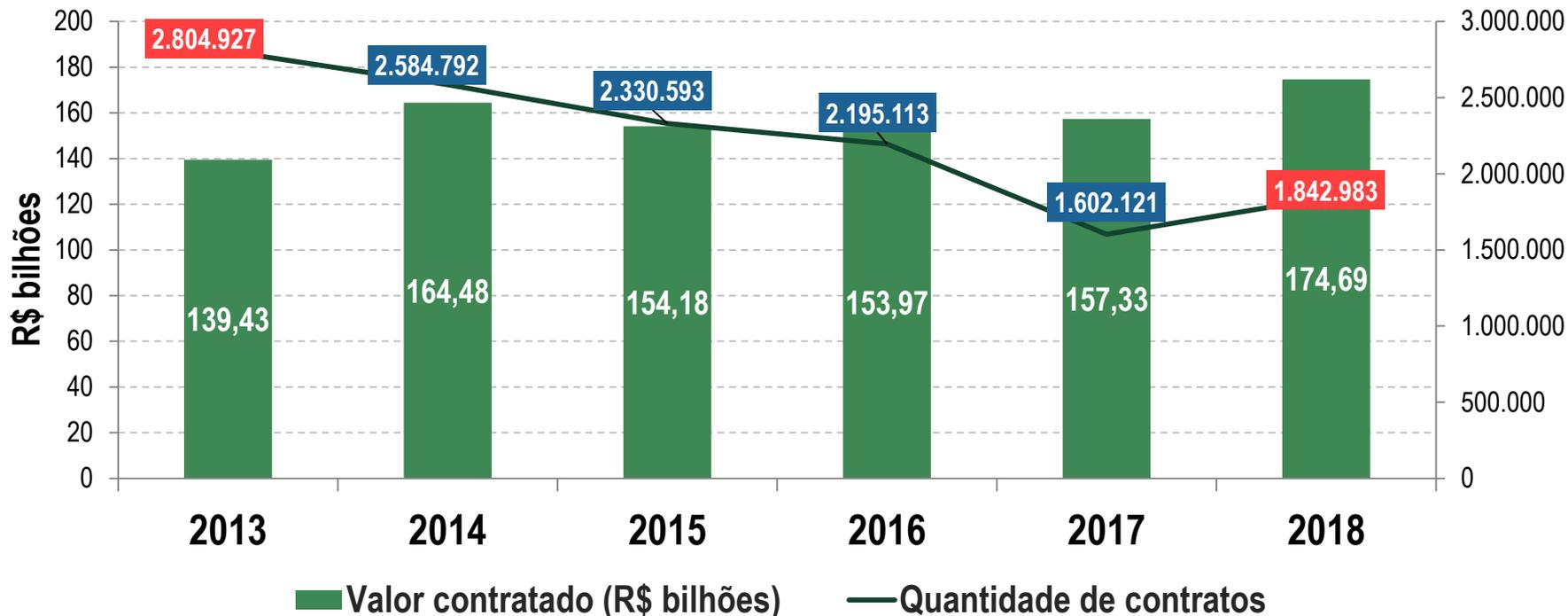
ATRASSO NA LIBERAÇÃO de recursos

Exigência de **RECIPROCIDADE BANCÁRIA**

Alto custo de contratação



CRÉDITO RURAL (custeio + investimento + comercialização)



Fonte: Banco Central (2019).

- **962 mil** contratos entre **2013** e **2018**

Por que as **contratações REDUZIRAM?**

SELETIVIDADE das instituições financeiras

Variabilidade da disponibilidade de recursos provenientes de fontes tradicionais

REDUÇÃO DAS EXIGIBILIDADES sobre o saldo em poupança, de **74% para 60%**

- Aumentar exigibilidade sobre os depósitos à vista de 30% para 34%.
 - Aumentar exigibilidade sobre poupança rural de 60% para 74%.
- Testar com cautela a taxa de juros pós-fixada.
 - Adotar gradativamente incentivos para os produtores que contratarem seguro rural ou adotarem instrumentos para proteção de riscos de mercado.
- Manter a isenção de IR para investidores em LCA e CRA.
 - Fomentar novas fontes de recursos para o setor:
 - Não tributar a variação cambial dos títulos do Agronegócio;
 - Regulamentar a emissão de CDCA e CRA em moeda estrangeira;
 - Possibilitar o registro de CDCA e CRA em moeda estrangeira em sistemas de negociação estrangeiros

CRÉDITO RURAL

Propostas



**AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DE MAIS
BANCOS NO CRÉDITO OFICIAL**



**REDUZIR PRÁTICAS ABUSIVAS DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**



EQUALIZAÇÃO DOS CUSTOS CARTORIAIS

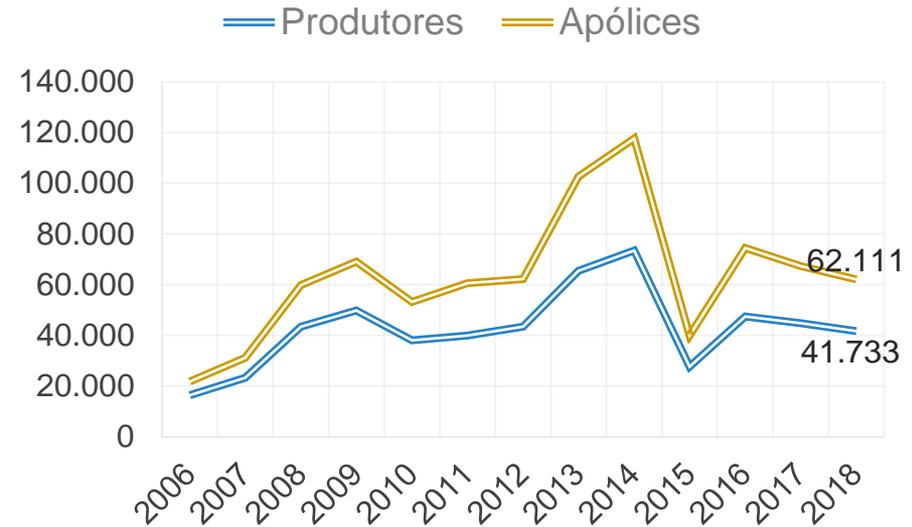
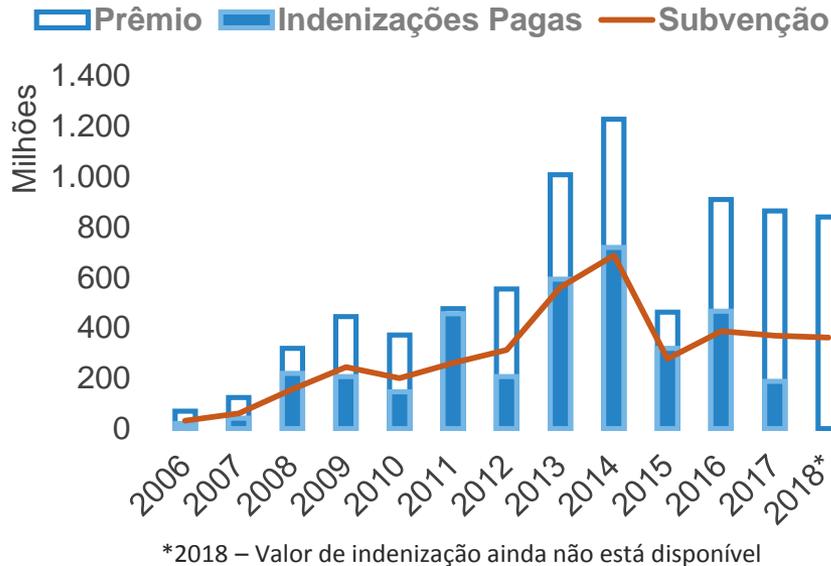


FINANCIAR ASSISTÊNCIA TÉCNICA

APERFEIÇOAR OS MECANISMOS DE MITIGAÇÃO DE RISCOS



PSR – PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL



Área segurada das apólices que recebem subvenção



Fonte: Mapa (2018).

PRINCIPAIS GARGALOS:

- 1) Falta de previsibilidade orçamentária.
- 2) Ausência de produtos de seguro adequados, especialmente em regiões de fronteira agrícola, e produtos que tenham uma relevância local.

SEGURO RURAL

Propostas



- **Aumentar orçamento do PSR – garantir os recursos**
- Desenvolver novos produtos de seguro como **SEGURO DE FATURAMENTO ESPERADO, SEGURO DE CRÉDITO**
- **CONCEDER A SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DE SEGURO RURAL DIRETAMENTE AO PRODUTOR** (implementar sistema) → **empoderamento do produtor rural.**
- Fortalecer o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC):
 - Projeto de novo ZARC prevê passar de 44 culturas para 100 culturas, incluindo regiões e sistema de produção mais resiliente a seca
 - Necessidade de R\$ 1,7 milhão em 2020 para esse projeto.

Agenda Legislativa



Projeto	Descrição	Onde está?	Relator	Última Ação Legislativa
PLS 185/2017 (Senadora Kátia Abreu – MDB/TO)	Transfere a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural para as Operações Oficiais de Crédito, rubrica não contingenciável do Ministério da Economia. Possibilita a concessão de subvenção ao prêmio dos contratos de opção de produtos de agropecuários negociados em bolsas de mercadorias e futuro.	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)	26/03/2019
PL 10.499/2018 (Dep. Covatti Filho – PP/RS)	Simplificação do ambiente regulatório relacionado ao crédito rural	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	Dep. Evair Vieira de Melo (PP-ES)	20/03/2019
PL 7740/2017 Dep. Covatti Filho – PP/RS)	Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros aos <u>bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural.</u>	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Dep. Celso Maldaner (MDB-SC)	02/04/2019

Agenda Legislativa



Projeto	Descrição	Onde está?	Relator	Última Ação Legislativa
PL 7734/2017 (Poder Executivo)	Autoriza a emissão de Cédula do Produto Rural (CPR) vinculada à variação cambial, o que fomenta a emissão de CRA e CDCA lastreados em moeda estrangeira.	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)	Dep. Nelson Barbudo (PSL-MT)	27/03/2019
PL 2053/2015 (Dep. Roberto Balestra – PP/GO)	Autoriza a constituição de imóvel rural como patrimônio de afetação, permitindo ao produtor segmentar a sua propriedade para fins de garantia hipotecária.	Pronto para pauta em Plenário da Câmara.	Dep. Roberto Balestra (PP-GO)	12/12/2018



CNABRASIL.ORG.BR

OBRIGADO!

Antônio da Luz

Vice-Presidente da Comissão Nacional de
Política Agrícola da CNA

antonio.luz@cna.org.br

(61) 2109-1432



facebook.com/SistemaCNA



twitter.com/SistemaCNA



instagram.com/SistemaCNA



flickr.com/canaldoprodutor



youtube.com/agrofortebrasilforte